



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Plano e Orçamento 2003 e
Reprogramação Financeira do PMP
2002/11/11 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O debate anual do Orçamento e do Plano para o ano seguinte é sempre, necessariamente, um momento de balanço, de análise e de reflexão sobre as nossas realidades internas e sobre o modo como o Governo Regional e o Grupo Parlamentar que o apoia encaram essas realidades.

Este debate de Novembro de cada ano é também o momento adequado à análise das relações entre a Região e o Estado, especialmente na vertente financeira, e à apreciação das atitudes que os Governos da República têm para com esta Região Autónoma.

Não restarão dúvidas a ninguém, de que a actual situação política específica da Região é complexa, está a vários títulos fragilizada, não é confrontada com orientações claras e é demasiado condicionada por um conjunto de atitudes da República que visam fazer diminuir a quantidade e o ritmo do investimento público.

Temos assim que fazer um esforço sério para analisar com o máximo rigor as políticas internas, não esquecendo também de analisar as condicionantes que o Governo da República tem introduzido.

Mas é necessário desde já deixar bem claro que se entre as duas questões — condução da política interna e as condicionantes impostas pela República — há inevitavelmente relações de causa efeito, também há que discernir na análise que se faça as responsabilidades que são próprias de cada nível de decisão.

Acresce que neste mês de Novembro também vamos discutir o documento que foi intitulado de Reprogramação Financeira do PMP 2001-2004, mas que na nossa óptica ultrapassa claramente a mera ideia de reprogramação financeira.

É pois um quadro complexo de carência financeira para investimento e de alteração efectiva de objectivos que vamos discutir a distribuição da parte do investimento público que é feita pelos Planos de 2003 e 2004.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

O Governo Regional dos Açores tem imprimido uma orientação concreta à governação que permite concluir que vários dos objectivos centrais nem sequer constam dos documentos principais iniciais.

A questão das SCUT assume nesse contexto um valor exemplar, pois a primeira decisão do Governo sobre a matéria é posterior à discussão do PMP e nem sequer foi referida essa hipótese nessa discussão.

Recordo também que na discussão do Decreto Legislativo Regional nº 25/2001/A, o Governo Regional foi questionado insistentemente se essa opção disponibilizaria verbas para outros investimentos rodoviários através do Plano e, muito embora a afirmação governamental dessa hipótese fosse peremptória, tal não se verifica.

As reduções no financiamento do Plano, por não terem uma correlação próxima com o nível de aperto financeiro existente, também revelam alterações, algumas substanciais, de orientação.

As dúvidas que temos posto sobre a insuficiência no investimento das infraestruturas agrícolas mantêm-se e acentuam-se com estas propostas.

As dúvidas que temos posto sobre a incidência que teria que ter o investimento em habitação social acentuam-se com as propostas.

As dúvidas que temos sobre o tipo de investimento que está a ser feito no Turismo, também se acentuam fortemente com os indicadores que resultam dos documentos.

Ao longo deste debate procuraremos contribuir para a fundamentação destas e outras dúvidas e eventuais esclarecimentos, mas permitam-nos o registo de uma ideia central.

O Governo Regional, embora suportado por uma maioria absoluta, adopta orientações que são de facto oscilantes porque não são plena e totalmente assumidas nas suas consequências.

Não são totalmente assumidas quer no que respeita a efeitos, quer no que respeita a distribuição de investimentos, quer ainda no que respeita à relação entre o que se faz e aquilo que é urgente.

O facto de haver acções novas introduzidas no meio da legislatura, que substituem acções que caíram e que não estão concebidas, é a melhor demonstração deste, que a nosso ver é um estilo errado de governar.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Em 2001, quando aqui discutimos o PMP 2001 – 2004, o Grupo Parlamentar do PCP fez um acordo com o Governo Regional.

Esse acordo foi possível porque, pela nossa parte, não tínhamos objecções de fundo à associação feita entre as grandes opções apresentadas e a distribuição do investimento, depois de terem sido apresentadas um conjunto de propostas de alteração pelo Grupo Parlamentar do PS e outras pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Considerámos, nesse quadro, que embora naturalmente esse PMP não fosse propriamente correspondente ao que nós proporíamos, era um documento que contribuía para o equilíbrio regional e um instrumento útil, não só nas suas expressões quantitativas, como principalmente na sua leitura qualitativa.

Dessa negociação praticamente nada resta e tudo foi, pedra por pedra, desmontado pela prática governativa.

O mesmo já não se pode dizer sobre as questões que levantámos nessa negociação, porque essas foram integralmente assumidas pelos sectores e ilhas a que dizem respeito.

Hoje há uma visão, que em 2001 não era ainda adquirida, sobre a questão das infraestruturas rurais, especialmente os caminhos, para a qual muito contribuiu termos trazido o assunto ao acordo.

Hoje há um grau de exigência plena sobre investimentos concretos como a Escola Secundária da Horta e o Lar de Idosos das Lajes das Flores, que cobre todos os órgãos locais e forças partidárias, porque a possibilidade ficou demonstrada com o acordo feito.

A vontade política de fazer é que foi desmentida e anulada pelo Governo.

Mas se quiséssemos analisar toda a vintena de propostas (do PS umas e do PCP outras) que então foram aprovadas iríamos concluir que os equilíbrios

assim introduzidos, deram lugar a uma prática que não só os negam, como principalmente acentuam os próprios desequilíbrios iniciais.

O Grupo Parlamentar do PCP legitimou com o seu voto favorável o PMP 2001-2004 e fê-lo de forma consciente e deliberada, depois de obter determinados equilíbrios.

O Governo Regional demonstrou com a sua prática governativa que não quis assumir esses compromissos de forma plena e rigorosa e que preferiu usar a sua maioria absoluta não como motor de maiores consensos mas como factor de manobra de conjuntura.

O defeito fica com quem o tem.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Vamos empenhar-nos como sempre neste debate mas não podemos nem queremos deixar de dizer com clareza que partimos para ele sabendo, como a vida o demonstra, que os compromissos do Governo nesta legislatura e nesta matéria tem tido pouca valia.

Não deixaremos entretanto não só de manifestar opinião, como é nosso direito, como faremos, se entendermos ser útil, as necessárias propostas de alteração.

Disse